

## JORNALISMO DE MENTIRINHA: LICENÇA POÉTICA E REALIDADE EM “ESTRADA 47”

COSTA, Helton<sup>1</sup>  
Centro Universitário Santa Amélia - UniSecal

**Resumo:** o presente artigo tem como objetivo analisar a forma como é apresentada a personagem “Rui”, jornalista presente na obra de ficção “Estrada 47” (Ferraz, 2015), sob a ótica dos “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”<sup>2</sup>. É um comparativo entre as situações vividas pela personagem e o que poderia ocorrer em situações semelhantes no Teatro de Operações da Força Expedicionária Brasileira – FEB. Ao final espera-se apresentar um resumo sobre o que realmente se baseia em realidade e o que é apenas licença poética para deixar a obra mais atrativa.

Palavras-chave: jornalismo; Brasil; segunda guerra; FEB;

### Introdução

Entre 1939 e 1945 o mundo viveu um de seus períodos mais sangrentos, com nações disputando palmo a palmo cada espaço que considerava seu. Às vezes se defendendo de invasões, às vezes atacando em busca de impor seus valores. Foi a Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil também tomou parte como força beligerante.

Nessa época estima-se que as mortes tenham passado de 60 milhões, contando civis e militares. O Eixo (Alemanha, Itália e Japão) combateu os Aliados (Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética). Cada um dos oponentes buscou outros países como apoiadores. O Brasil optou pelo lado dos Aliados.

O Brasil se viu envolvido no conflito por conta de acordos assinados quando ainda mantinha a neutralidade e depois que teve navios afundados. Dentro do governo da época, comandado por Getúlio Vargas, havia a até mesmo quem apoiasse os alemães. (MITKE e SILVEIRA, 1983, p.15). Quanto aos acordos, o ataque japonês à Pearl Harbour em 07 de dezembro de 1941, fez com que o Brasil se declarasse solidário aos Estados Unidos.

Esse acordo era de 1938 e reafirmado em 1939, quando a Alemanha já tinha invadido a Polônia e dado início à II Guerra Mundial. No encontro de Havana em 1940, o acordo foi mais uma vez confirmado, afinal, até então, os países do continente americano se mantinham neutros. Em 1941, no começo do ano, no Rio de Janeiro, os países concordaram que a agressão à um deles, seria uma agressão à todos. Logo, após Pearl Harbour, o Brasil se viu obrigado a cumprir o tratado internacional. (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.34-42)

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa Jor XXI, coordenador do curso de Jornalismo da Secal e do Grupo de Estudos “Jornalismo, guerra e conflitos”.

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/ref/FM/PDFs/FM30-26.PDF>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Na reunião do Rio de Janeiro, apenas Chile e Argentina saíram sem assinar o documento, isso porque, temiam represálias japonesas. A Argentina, conforme Joaquim Xavier da Silveira (1989, p.37), mantinha agentes da Gestapo<sup>3</sup> em seu território. No Brasil, o irmão do presidente Vargas, Benjamin, não recusou um jantar oferecido à autoridades, pelo Embaixador alemão, Kurt Prüffer, na própria embaixada, onde os dois teriam conversado à sós e onde o Prüffer ficou sabendo do possível alinhamento Brasil-Estados Unidos em caso de ataques.

O fato decisivo para a cisão com a Alemanha foram os torpedeamentos de navios brasileiros quando o país ainda se encontrava em neutralidade e que até o final do conflito chegaria a 32 embarcações afundadas, causando 972 mortes, sendo 470 de marinheiros e 502 de passageiros. O Brasil iria à guerra e a imprensa iria junto. (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.40)

### **1. Força Expedicionária Brasileira - FEB**

A FEB foi criada em 1943 e a partir da publicação em Diário Oficial começaram as mobilizações nos quartéis do Brasil para indicar quem estava em condições de compor o contingente. E enquanto nos quartéis organizavam os soldados, o Brasil cedeu a base do Rio Grande do Norte, em Natal, para que os americanos pudessem reabastecer ali suas aeronaves e partir para bombardeios no norte da África, decisão acertada após uma conferência entre Vargas e o presidente Frank D. Roosevelt (EUA). (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.43)

Em 1944 o esforço para montar a FEB estava terminado e 25 mil soldados foram agrupados entre militares da ativa, reservistas e voluntários. A Marinha do Brasil já vinha trabalhando em conjunto com forças aliadas para evitar novos ataques nas costas brasileiras. Dezenas de homens foram convocados para auxiliar como pilotos de caça e pessoal de manutenção e também serviriam no Teatro de Operações da Itália como membros da Força Aérea Brasileira – Esquadrão “Senta a Puá!”. Para quem lutaria por terra, o front designado foi o do norte da Itália, desfalcado por conta da retirada de tropas estadunidenses para o “Dia D”, na Normandia, França. (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.222)

Após meses de combates, em 239 dias de ação, a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros alemães, mas perdeu 451 soldados mortos e aproximadamente 1,6 mil feridos, acidentados e desaparecidos em combate. (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.197-203)

No dia 8 de maio de 1944 a guerra acabou na Europa. Os brasileiros foram voltando para casa aos poucos, em frações, assim como haviam chegado. A Segunda Guerra só terminaria de vez com o ataque nuclear americano à Nagasaki e Hiroshima, isso já no mês de agosto de 1945.

---

<sup>3</sup> Polícia do Partido Nazista.

## 1.2 O retorno dos soldados

Após a guerra os soldados brasileiros não tiveram seus direitos respeitados e a primeira indenização para os ex-combatentes só foi paga nos anos 80. Apenas uma pequena porcentagem dos soldados permaneceu na vida militar. A maioria foi dispensada via decreto ainda na Itália, antes de embarcar de volta e voltou à vida de civil.

Quanto ao oficialato que ficou nos quartéis, boa parte de envolveu com política. Alguns desses nomes são Humberto Castelo Branco, membro do Estado Maior da FEB na Itália; e o capitão Golbery Couto e Silva, que fazia parte do Serviço de Inteligência da FEB. Quando Getúlio assumiu o poder em 1951, eleito pelo povo, eles se opuseram se maneira árdua. Estes oficiais que saíram da FEB circularam por órgãos importantes na época, como o Clube Militar e Escola Superior de Guerra, e conforme Joel Silveira (1989) se articularam no jogo da Guerra Fria e estiveram envolvidos com a implantação da Ditadura Civil-militar. (COSTA, 2015, p.03)

## 2. Correspondentes de Guerra: visão estadunidense

Para organizar o trabalho dos jornalistas que cobririam a II Guerra Mundial, os Estados Unidos organizaram um manual com distribuição gratuita nos quartéis. Tal documento começou a circular em 1942. Era o “Regulations for correspondents accompanying U.S. Army force in the field<sup>4</sup>”, datado de 21 de janeiro de 1942.

Dentro dessa lógica de controlar a imprensa em tempos de guerra, os norte-americanos fizeram pequenas adaptações de um front para o outro e o manual de regulamentos era a espinha dorsal para adequar o comportamento da imprensa em tempos conflituosos como aqueles.

Quem o fez foi o Departamento de Guerra dos Estados Unidos e sob a supervisão do Secretário de Guerra, George .C. Marshall. Os correspondentes eram todos aqueles que tinham como “tarefa a indubitável função pública de disseminar notícias sobre as operações do Exército na guerra” (WAR DEPARTMENT, 1942. p.1 in COSTA, 2015, p.4)..

O termo incluía jornalistas, ilustradores, comentaristas de rádio, fotógrafos, desenhistas e outras funções da imprensa, desde que credenciados pelo Departamento de Guerra para um “teatro de operações ou base de comando”, dentro ou fora dos Estados Unidos em tempo de guerra (WAR DEPARTMENT, 1942. p.1 in COSTA, 2015, p.4).

Os correspondentes respondiam à lei militar da época e se capturados pelos inimigos, deveriam ser tratados como prisioneiros de guerra, conforme a Convenção de Genebra de 1929. Deveriam manter o “decoro” e não podiam comandar, porém poderiam contar com alguns direitos iguais aos dos soldados e às vezes até melhores, como acomodações, transporte, atendimento médico e

---

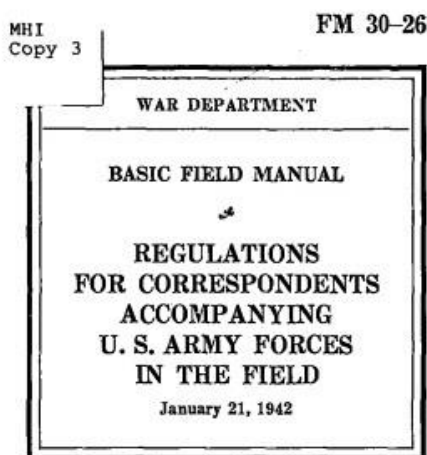
<sup>4</sup> Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo

facilitação para o envio de mensagens, tudo pago pelo Governo (WAR DEPARTMENT, 1942. p.4 in COSTA, 2015, p.4).

Também poderiam conversar com qualquer pessoa entre as tropas, desde que esses não estivessem de serviço ou que a pergunta não se tratasse de alguma informação secreta. Quem decidia se o jornalista iria ou não para o front seria o Departamento de Guerra ou seus autorizados. O número de correspondentes ficava à critério do Comando, porém, em alguns casos, o Departamento poderia limitar e nesses casos teriam preferência aqueles com mais experiência no tipo de cobertura (WAR DEPARTMENT, 1942. p.1-2 in COSTA, 2015, p.4).

O interessado preenchia documentos com seus dados pessoais e profissionais e enviava ao Departamento. Uma vez credenciado, receberia uniforme especial com um bordado que lhe diferenciava como correspondente. Já o conteúdo produzido passava pelo Escritório da Inteligência ou pelo de Relações Públicas. Recebia uma cópia o setor de censura. Após a revisão, o jornalista poderia corrigir o material. Em seguida, devolvia duplicado aos dois setores novamente, ou enviava conforme a censura havia liberado. (WAR DEPARTMENT, 1942. p.5 in COSTA, 2015, p.4-6).

A censura cuidava se a declaração estava correta e suas implicações, se não estava fornecendo algum tipo de informação ao inimigo, se continha algum tipo de injúria contra a moral de pessoas, forças ou aliados e se não era embaraçosa aos Estados Unidos, seus aliados ou países neutros. (WAR DEPARTMENT, 1942. p.6 in COSTA, 2015, p.5)



Including C 1, 26 April 1942; C 2, 25 July 1942; and C 2, 25 December 1942.

Note: This is not a revision; this manual contains only the above changes to the 21 January 1942 edition placed at back following original text, and will not be issued to individuals possessing that edition.

Figura 1: Fac-símile da capa dos “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”. Fonte: o autor

Nesse ponto, o material escrito era mais rigorosamente fiscalizado, enquanto o mediado por rádio ou via cabos sofria análise posterior. Os jornalistas tinham que ter cuidado para não identificar nomes de zonas de combate<sup>5</sup>, e quando anunciadas, nunca deveriam fazer menção à qual país se desenrolava<sup>6</sup>. Nomes de pessoas podiam ser pronunciados desde que liberados e os de oficiais não poderiam ser divulgados, exceto se autorizados pelo comando (WAR DEPARTAMENT, 1942. p.7 in COSTA, 2015, p.5).

Cidades e vilas somente poderiam ser pronunciadas se fossem imprescindíveis para o desenrolar do texto que contava a história. No caso das bases militares, nem sua descrição era permitida. Os movimentos de tropas, reais ou possíveis, somente poderiam ser divulgados se tivessem saído antes em boletins oficiais. Qualquer plano, possível ou não, estava proibido de ser publicado, bem como o número de tropas ou o efeito das armas inimigas junto aos aliados. O que fosse publicado em países neutros também deveria passar pela censura (WAR DEPARTAMENT, 1942. p.7 in COSTA, 2015, p.6).

Histórias exageradas também estavam proibidas. Mortes coletivas deveriam ser notícia apenas se autorizadas em comunicados oficiais e mortes individuais apenas em casos de exemplos de heroísmo e 24h após terem ocorrido, somente com autorização do Departamento de Guerra ou seus autorizados. (WAR DEPARTAMENT, 1942. p.8 in COSTA, 2015, p.6).

No caso das fotos valia o mesmo já mencionado e eram reveladas em um laboratório próprio, dentro do comando do campo. O serviço de Inteligência acompanhava de perto todo o processo. (WAR DEPARTAMENT, 1942. p.8-9 in COSTA, 2015, p.7).

Quanto ao envio de material, desde que não atrapalhasse a correspondência militar e que já tivesse sido autorizados pela censura, estava liberado. Porém, ocorria que cada correspondente tinha um limite estabelecido de palavras que poderia enviar periodicamente. Mesmo as cartas pessoais eram censuradas. O bom relacionamento com o censor garantia a manutenção dos privilégios e caso não estivesse andando conforme o regulamento, poderia ocorrer do correspondente ser suspenso. Em se comprovando crimes contra as regras ou mau comportamento, o correspondente poderia ser preso e levado à Corte Marcial. (WAR DEPARTAMENT, 1942. p.9 in COSTA, 2015, p.6).

## 2.1 Correspondentes visitantes e identificações específicas

---

<sup>5</sup> Deveriam ser informadas apenas pelos órgãos oficiais.

<sup>6</sup> Exceto se divulgado por órgão oficial.

Uma outra modalidade de correspondente era o “visitante”, que estava sujeito a circular por apenas alguns locais do front e em companhia de oficiais designados. Quando não fosse possível um oficial, deveria portar carta do setor de Inteligência que o permitisse tal deslocamento. Ele não usaria uniforme igual dos correspondentes credenciados e não teria as mesmas facilidades para envio de material jornalístico. (WAR DEPARTMENT, 1942. p.10 in COSTA, 2015, p.6).

Em abril de 1942, com o objetivo de facilitar a identificação dos correspondentes credenciados, o governo estadunidense inseriu na vestimenta dos comunicadores, um bracelete de tecido verde com uma grande letra “C” cor branca para ser usada no braço esquerdo. Os fotógrafos deveriam ter esse mesmo adereço, porém com a letra “P” ao invés de “C”. (WAR DEPARTMENT, 1942. p.13 in COSTA, 2015, p.6).

### **3. Estrada 47**

O filme “Estrada 47” é uma co-produção do Brasil com Portugal e Itália e teve a direção de Vicente Ferraz. Foi lançado em 07 de maio de 2015 e distribuído pela Europa Filmes. O enredo trata de um grupo de soldados da FEB que após sofrer um ataque de pânico no inverno de 1944-45, próximo à Monte Castelo, abandonam posições e se perdem do grupo principal de combatentes. São quatro soldados: Guimarães (Daniel de Oliveira), Tenente (Julio Andrade), Piauí (Francisco Gaspar) e Laurindo (Thogum).

Indecisos se voltam ao posto abandonado ou ao batalhão (onde podem ser punidos), decidem que vão atacar pontos inimigos como forma de compensação. Nesse meio tempo, um jornalista chamado Rui (Ivo Canelas), rouba um veículo do batalhão e sai em busca de confirmar uma história que havia escutado sobre homens que haviam abandonado posições na noite anterior.

Sai com o um jipe e encontra o grupo. Ali ficam sabendo de um campo minado que se desativado permitirá que americanos entrem no vilarejo de “San Giusto”. É a chance de redenção do grupo, especializado em desarmar minas. No caminho encontram um partigiani chamado Roberto (Sérgio Rubini) e também o Coronel Mayer (Richard Sammel), desertor do exército alemão e ferido em combate. O grupo será guiado por Mayer para desarmar os artefatos e é nessa jornada que as ações do jornalista Rui são analisadas nesse artigo.

#### **3.1 O jornalista Rui**

O jornalista entra na história entre 17 e 18 minutos do filme, falando direto com um oficial brasileiro, com uniforme fora do padrão e tentando checar a história que ouviu na enfermaria sobre um grupo de soldados que teria entrado em choque e descido da montanha.

Após ver negadas as explicações, ser informado que retornaria ao Brasil e ter confiscado seus negativos da máquina fotográfica, Rui foi até o pátio do quartel, simplesmente tomou um veículo e saiu dirigindo rumo às proximidades onde teria se dado o caso de pânico narrado pelos soldados.

Ele chega sozinho em uma vila ocupada pelos brasileiros do grupo formado pelos quatro militares. Quando o sargento Laurindo se dá conta de que se trata de um jornalista, fica com receio de que a história do pânico já seja conhecida no batalhão. A desconfiança vai sumindo quando percebem que Rui não tem muitas informações sobre o ocorrido e que, portanto, pode ser a chance do grupo ter registrado o ato de bravura ao qual se propõem, ao entrar nas linhas inimigas e desarmar o campo minado. É o próprio Rui quem dá tal informação após ouvir a frequência de um rádio amador.



Imagem 2: Jornalista Rui (Ivo Canelas)

Todos correspondentes brasileiros estavam sob o comando do 5º Exército Americano, unidade da qual a FEB fazia parte. Logo, estavam submetidos às regras do Regulamento para Correspondentes dos Estados Unidos.

#### **4. Jornalista de mentirinha**

Rui é uma personagem que em vários momentos do filme transgredir os regulamentos que eram válidos na vida real. A começar pela farda que ostenta, que é diferente da que os jornalistas brasileiros usavam, que não traz nem o símbolo do V Exército Americano. Também não usa o objeto de distinção que lhe ajudaria a ser reconhecido como correspondente (letra C branca em fundo verde), prefere algo semelhante ao que os fotógrafos norte-americanos usavam, o “war correspondent”, amarelo em fundo preto (ver figura 1).

Também não obedecia hierarquia, o que no front da FEB era inadmissível, já que a censura era muito forte em cima dos correspondentes, pelo menos no começo, na fase temporal em que se passa o filme, já que como lembra Joel Silveira (2005, p.17) o clima era de “frieza e

mesmo desconfiança (que nunca chegou a uma declarada hostilidade) do próprio Comando da FEB”. Logo, a cena onde Rui discorda e discute com um oficial seria improvável.

Outro fato que chama a atenção é que Rui fotografa e escreve para o jornal que trabalha, que no filme não é citado. Esse acúmulo de funções também não existia no front brasileiro. As fotos eram as oficiais ou de Thassilo Mitke, que era do time de assessores do governo. As fotos eram reveladas no campo, conforme mandava o regulamento e liberadas pela censura.

Dirigir um veículo também era algo improvável, já que um jornalista só chegaria ao front com autorização para embarcar em um jipe, onde um motorista e um oficial deveriam acompanhá-los. (MITKE e SILVEIRA, 1985, p.218)

Rui também não leva máquina de escrever, o que era comum aos jornalistas brasileiros. (SILVEIRA, 2005, p.10). Um correspondente também não tinha acesso à rádios de campanha e nem traduzia, o que Rui faz quando escuta ruídos em um dos equipamentos. A pior parte do mal comportamento da personagem é a transgressão de andar armado e ainda participar de um combate que resulta na morte de uma patrulha de desertores alemães, o que era proibido, pois caso fossem capturados perderiam o status de correspondente e seriam julgados e tratados como combatentes. (WAR DEPARTMENT, 1942. p.4)



Imagem 3: jornalista com arma na mão para matar alemães

Além disso, ao ficar a sós com um prisioneiro (Mayer), Rui entrega qual a unidade e o grupo de combate que pertenciam os soldados que ele acompanhava, dizendo que se tratavam de engenheiros da FEB, o que vai contra a normativa que proibia que qualquer informação fosse repassada para inimigos e o que poderia muito bem colocar o jornalista como espião frente à uma Corte Marcial.

Já no final do filme se posiciona frente à um tanque norte-americano para fotografá-lo, o que ocasiona a queda da câmera e o posterior esmagamento pela tração do veículo. Tirar foto



sem autorização e se expor frente à um tanque também seriam atitudes contestáveis, coisa de jornalista de mentirinha.

#### **4.1 Licença poética**

Licença poética é entendida neste artigo como o fruto da livre imaginação do cineasta sobre uma personagem ou uma situação. O caso de Rui é um desses casos, onde as características da personagem não são outra coisa que o desejo do autor, não importando o que de fato poderia ocorrer em uma situação real. A personagem não interferiria na história se não existisse, já que a perspectiva da narrativa é a do soldado Guimarães (Daniel de Oliveira).

#### **Conclusão**

A análise das atitudes da personagem Rui, o jornalista, no filme “Estrada 47”, frente os “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”, de 1942, permite dizer que ele foi completamente irresponsável e que se comportou muito mais como um combatente do que como profissional da notícia.

Padrões éticos não foram respeitados ao desrespeitar os regulamentos ele se colocou em perigo e também os demais ao seu redor ao revelar informações ao inimigo, mesmo que esse fosse um prisioneiro.

Se fosse na vida real, Rui pegaria Corte Marcial e poderia ser condenado, inclusive à morte por fuzilamento. Como dito anteriormente, a pior conduta foi estar armado e ainda atirar em pessoas, o que retiraria de forma definitiva a função de correspondente, tornando-o um simples combatente como os demais.

Fora do cinema, Rui pode ter sido um fator motivacional para inserção de um ator português na trama e assim justificar verbas que o filme recebeu. Como o filme é uma obra de ficção, não faz diferença se o repórter tem comportamento adequado ou não, afinal, é só um “jornalista de mentirinha”.

**Bibliografia**

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Record, 1996

COSTA, Helton. **II Guerra: censura e regulamentos para correspondentes da FEB (1944-45)**. Artigo apresentado no XVIII Seminário de Inverno da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado entre 15 e 19 de junho de 2015.

**Estrada 47**. Direção: Vicente Ferraz. Produção: Matias Mariani, Joani Mariani e Leonel Vieira. Ficção, 107 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZDcLPXQT954> . Acesso em 19 de setembro de 2015.

MITKE, Thassilo; SILVEIRA, Joel. **A luta dos pracinhas**. Rio de Janeiro: Record, 1983

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVEIRA, Joel. **Segunda Guerra Mundial: todos erraram, inclusive a FEB**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

VERGARA, Anelize. **Rubem Braga: Crônica e censura no Estado Novo (1938- 1939)**. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis –UNESP –Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade). Assis, SP. 2014